



As Faculdades Unidas do Norte de Minas – FUNORTE e a Faculdade de Saúde Ibituruna – FASI, através da Diretoria de Extensão, promoveu, nos dias 25, 26 e 27 de setembro de 2018, a JONAFES “Ciências Exatas, Humanas, Sociais, Biológicas e da Saúde” na cidade de Montes Claros – MG.



(IN)CONSTITUCIONALIDADE DO MANDADO DE BUSCA E APREENSÃO COLETIVO NA INTERVENÇÃO FEDERAL

Wilckerson Simões de Castro¹; Vanessa Cláudia Sousa Oliveira²; Dayane Ferreira Silva²; Jéssica Albuquerque Oliveira²; Janaína Silveira Castro Bickel²; Edilberto Nicanor Ferreira².

1-Acadêmico do curso de Graduação em Direito das Faculdades Integradas do Norte de Minas – FUNORTE.

2-Professores orientadores das Faculdades Integradas do Norte de Minas – FUNORTE.

Objetivo: analisar os princípios, normas, bem como doutrinas e algumas decisões emanadas dos Tribunais alusivos ao tema e, através dessa análise, discorrer acerca da constitucionalidade ou não do mandado de busca e apreensão coletivo em meio à Intervenção Federal. **Materiais e Métodos:** para tanto, foram utilizados materiais e métodos qualitativos, através da pesquisa bibliográfica, pois esse método permite agregar várias informações e discussões sobre o tema. Foram analisadas doutrinas, legislações, jurisprudências e artigos científicos que retratam a problemática em questão. **Resultados:** o Estado do Rio de Janeiro passa por uma situação de excepcionalidade, uma vez que a regra é o Estado Federal fundamentar-se no princípio da autonomia política das entidades que o compõem. Diante desse cenário de incertezas, como é natural, os tribunais têm-se dividido acerca da utilização ou não do mandado de busca e apreensão coletivo. Doutrinadores e pesquisadores, entretanto, têm sido mais unânimes acerca da impossibilidade do mandado coletivo ou genérico. Nesse sentido, realizou-se a pesquisa buscando dirimir os conflitos acerca da constitucionalidade ou não do mandado de busca e apreensão coletivo em meio à Intervenção Federal. **Conclusão:** a entrada de um agente policial em domicílio alheio fora das formalidades e finalidades legais caracteriza crime e, segundo a lei, mesmo que se localizem provas que possam caracterizar a ocorrência de infração penal, tal prova deve ser considerada ilícita, sendo, portanto, inadmissível sua utilização. A inadmissibilidade da prova ilícita tem um propósito muito claro, contenção do poder do Estado. A nobreza de um objetivo não possui o condão de justificar a não observância do direito e das regras normativas.

Palavras-chave: Mandado Coletivo. Busca e Apreensão. Intervenção Federal.

A (IN)EFICÁCIA DO DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE À LUZ DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

Juciélio Bernardes da Silva¹; Maria Luiza Saporì Toledo Roquette²; Thaís de Oliveira Faria Baldo³.

1-Estudante de Direito das Faculdades Integradas do Norte de Minas - FUNORTE.

2-Professora do curso de Direito das Faculdades Integradas do Norte de Minas - FUNORTE.

2-Professora do Centro de Pesquisa das Faculdades Integradas do Norte de Minas - FUNORTE.

Objetivo: analisar a aplicação do Direito Fundamental à saúde à luz da Constituição Brasileira de 1988 (CF/88). **Materiais e Métodos:** trata-se de estudo de revisão bibliográfica com abordagem qualitativa. O estudo foi desenvolvido a partir da análise de artigos científicos, legislações e doutrinas pertinentes ao tema. **Resultados:** observou-se que, depois de realizado um percurso histórico das constituições brasileiras desde o cenário colonial aos dias atuais, o início da intervenção do Estado no setor da saúde ocorreu mais efetivamente na década de 30, devido à necessidade política de criar normas fundamentais da defesa e proteção da saúde. Entretanto, somente com a lei 8.080/90 surgiu o Sistema Único de Saúde (SUS), assim como o funcionamento de seus Três Pilares: Rede, Regionalização e Hierarquização, que tem como objetivo principal o atendimento igualitário e universal de todos os brasileiros. Contudo, com quase três décadas de funcionamento, foi possível notar que a atual política nacional do SUS tem apresentado falhas e rupturas com a CF/88. Se por um lado a CF/88 assegura o direito fundamental à saúde e também a dignidade da pessoa humana, por outro lado, têm-se pacientes que não conseguem obter acesso a medicamentos, exames de alta complexidade, cirurgias, tratamentos curativos e/ou paliativos. Sendo assim, a alta demanda de pacientes do SUS e a baixa perspectiva de maiores investimentos nesse setor apresentam um futuro incerto de sua funcionalidade dentro da sociedade. **Conclusão:** constatou-se que é notória a demanda iminente de recursos financeiros para o setor da saúde pública no Brasil. O Direito à Saúde é de eficácia limitada, pois não cumpre o seu dever de zelar pela saúde da população, visto que não consegue atender às demandas da sociedade.

Palavras-chave: Dignidade Humana. Direito. Saúde. Sistema Único de Saúde.



A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE AUTISTA SOB A PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA SOCIAL

Ketlei Daiane Gomes de Sá¹; Liliane Pereira Gonçalves¹; Maircon Rasley Gonçalves Araújo².

1-Estudante de Psicologia das Faculdades Integradas do Norte de Minas – FUNORTE.

2-Professor do curso de Psicologia das Faculdades Integradas do Norte de Minas – FUNORTE.

Objetivo: compreender como ocorre a construção da identidade social no sujeito com autismo, posto que esses indivíduos encontram obstáculo na compreensão da linguagem não-verbal. **Materiais e Métodos:** a pesquisa tem caráter qualitativa e de campo com corte transversal, tendo como participante um aluno autista de onze anos, do sexo masculino e que cursa o sexto ano do Ensino Fundamental em uma escola estadual de Montes Claros/MG. Para a coleta de dados, foram realizadas duas observações semanais, ocorrendo entre junho e setembro de 2018, sendo utilizado roteiro de observação estruturado. Ademais, realizou-se uma entrevista semiestruturada com o responsável pelo aluno e outra com a professora de apoio. Precedeu à coleta de dados o contato com a instituição de ensino e a submissão do projeto de pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisa da FUNORTE/Soebras com aprovação sob o número de parecer 2.663.350. Salienta-se que todos os cuidados éticos foram rigorosamente cumpridos. A observação ocorreu no contexto escolar de convivência da criança e a entrevista com os pais e a professora aconteceu individualmente, em local previamente acordado com estes. **Resultados:** a maioria das observações ocorreu na biblioteca devido ao fato de o aluno passar muito tempo nesse ambiente com a professora de apoio. O aluno verbaliza adequadamente, sendo capaz de formular frases na norma gramatical. Apresenta gestos, como contar com os dedos ao realizar uma operação matemática, caracterizando alguma compreensão do assunto abordado. Todavia, possui dificuldade para sustentar ou manter contato visual durante uma conversa. **Conclusão:** conclui-se que o analisado apresenta dificuldade na comunicação, e por permanecer pouco na classe, pode-se afirmar que não há um processo de inclusão, mas sim de integração. Consequentemente, análises mais aprofundadas sobre o autismo no contexto escolar e, sobretudo, abordando as interações sociais, são imprescindíveis para demonstrar mais precisamente métodos de ensino eficazes que visam à efetivação da inclusão.

Palavras-chave: Identidade social. Autismo. Relações sociais.



A EFICIÊNCIA DAS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA: IMPLANTAÇÃO DO CICLO COMPLETO DE POLÍCIA

Maria Gabriela Gomes Freire¹; Janaína Silveira Castro Bickel²; Dayane Ferreira Silva²; Vanessa Cláudia Sousa Oliveira²; Jéssica Albuquerque V. Oliveira²; Edilberto Nicanor Ferreira².

1-Acadêmica do curso de Graduação em Direito das Faculdades Integradas do Norte de Minas - FUNORTE.

2-Professores das Faculdades Integradas do Norte de Minas - FUNORTE.

Objetivo: analisar a efetividade das instituições policiais brasileiras em nível estadual e verificar a viabilidade de se implantar no Brasil uma Polícia de Ciclo Completo a qual tem por visão aumentar a eficiência dessas instituições. **Materiais e Métodos:** este estudo constituiu-se de uma revisão bibliográfica, realizada através de consulta a livros, periódicos e artigos científicos selecionados através de busca no banco de dados do Scielo. **Resultados:** a segurança pública no Brasil é constituída de um sistema fracionado entre as várias instituições policiais, as quais possuem as atribuições especificadas no artigo 144 da CRFB/1988. Nos parágrafos 4º e 5º do citado dispositivo legal, o constituinte estabeleceu em nível estadual a atuação de duas instituições policiais, quais sejam: Polícia Civil e Polícia Militar. Ao definir a competência de cada instituição, o constituinte consagrou um modelo de Ciclo incompleto, em que, Polícia Civil e Polícia Militar atuam pela metade na chamada persecução criminal. Tal procedimento gera prejuízo à eficiência dessas instituições policiais, visto que a Polícia Militar submete registros de suas ocorrências à análise da Polícia Civil, isso acaba causando morosidade e desperdícios de recursos devido às duplas estruturas existentes e às atuações desordenadas. **Conclusão:** a adoção de um modelo de Ciclo Completo de Polícia fundamentado no registro de flagrante delito por parte da Polícia Militar deixará a Polícia Civil disponível para evoluir e tornar-se mais eficiente em sua missão que é as apurações criminais, conseqüente, alforriará as patrulhas de Polícia ostensiva das horas perdidas nas delegacias à espera da ratificação de um boletim de ocorrência, deixando por ora, as polícias civis responsáveis pela criminalidade complexa, a qual atuará apenas nos crimes de autoria desconhecida.

Palavras-chave: Ciclo completo de Polícia. Instituições de segurança pública. Modelo policial brasileiro.



A EXPOSIÇÃO MIDIÁTICA DO ACUSADO ANTE OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA

Fabrine Dardielen Figueiredo Alves¹; Edilberto Nicanor Ferreira².

1-Acadêmica do curso de Direito das Faculdades Integradas no Norte de Minas – FUNORTE.

2-Professor orientador das Faculdades Integradas do Norte de Minas – FUNORTE.

Objetivo: analisar a exposição na mídia como causa de uma possível lesão aos princípios da dignidade da pessoa humana e da presunção de inocência que são elencados como direitos fundamentais pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Materiais e Métodos:** utilizou-se a revisão bibliográfica como método de pesquisa, pesquisa teórica, utilizando-se doutrinas, especialmente, na área jurídica, acrescentando-se de pesquisas em bases de dados, legislações e jurisprudências aplicáveis à temática proposta. **Resultados:** diante disso, far-se-á uma análise da possibilidade de ponderação de direitos fundamentais, haja vista que tais direitos não são absolutos e são, também, direcionados a todos os indivíduos em decorrência do caráter universal. **Conclusão:** deve-se analisar a exposição midiática do acusado como causa de uma possível lesão aos princípios da dignidade da pessoa humana e da presunção de inocência, elencados como direitos fundamentais na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Palavras-chave: Exposição. Mídia. Acusado. Direitos Fundamentais.



A JUDICIALIZAÇÃO E O ATIVISMO JUDICIAL: breves considerações acerca da separação dos poderes

Wilker Batista Cavalcanti¹; Márcia da Cruz Girardi²; Márcio Fernandes Moreira Miranda³; Hewldson Reis Madeira¹.

- 1-Professor do curso de Direito da Faculdade de Educação Santa Terezinha – FEST e da Wyden/ FACIMP.
 2-Professora do curso de Direito da Faculdade de Educação Santa Terezinha – FEST, Wyden/ FACIMP e Unidade de Ensino Superior do Sul do Maranhão – Unisulma.
 3-Professor do curso de Direito da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, Faculdade de Educação Santa Terezinha – FEST e da Unidade de Ensino Superior do Sul do Maranhão – Unisulma.

Introdução: a discussão acerca do exercício do Poder não é recente, tendo sido consagrado no ocidente o ideal democrático e a teoria da Separação dos Poderes. A teoria é reconhecida mundialmente e adotada por países democráticos. Parte-se da noção de democracia e da Teoria da Separação dos Poderes, com suas principais características. Aborda-se, também, a revisão da teoria e, brevemente, o sistema de freios e contrapesos. Por fim, questiona-se a atuação do Poder Judiciário e a eventual instabilização do sistema com a quebra da independência e harmonia entres poderes constitucionalmente estatuídos. **Objetivo:** apresentar a judicialização e o ativismo judicial correlacionando-os com o princípio da separação dos poderes e algumas questões hoje levantadas ante a atuação do Poder Judiciário. **Materiais e Métodos:** quanto à abordagem, a pesquisa é qualitativa e quanto aos fins descritiva, tendo sido realizada uma pesquisa documental quanto ao tema. **Resultados:** a separação dos poderes busca evitar que o poder político seja exercido de forma arbitrária por uma única pessoa, dividindo-o entre órgãos e funções. A ideia já se encontrava presente no pensamento aristotélico e ganha reforço em Locke, mas é em Montesquieu que a teoria encontra o contorno que a consagraria. Atualmente outra questão surge: A ingerência do Poder Judiciário nos demais Poderes quando da decisão de algumas questões. **Conclusão:** ainda que se diga que a atuação do Judiciário encontra respaldo constitucional, a prática ativista não é salutar. Levar ao Poder Judiciário questões cuja competência pertence a outros Poderes e permitir que ele (Judiciário) implante ou implemente políticas públicas ao encargo dos outros poderes é aceitar a quebra do sistema de freios e contrapesos, ferindo a independência e a harmonia entre eles, o que não pode ser aceito.

Palavras-chave: Separação dos Poderes. Poder Judiciário. Atuação. Judicialização. Ativismo judicial.

A MENSURAÇÃO DO DANO MORAL NA ÓTICA DA REFORMA TRABALHISTA

Deyziane Maria Silva¹; Edilberto Nicanor Ferreira².

1-Acadêmica do curso de Direito das Faculdades Integradas no Norte de Minas – FUNORTE.

2-Professor orientador das Faculdades Integradas do Norte de Minas – FUNORTE.

Objetivo: analisar a inserção do Título II-A na CLT, que versa sobre a mensuração do dano extrapatrimonial e os aspectos dessa inovação. **Materiais e Métodos:** pesquisa de caráter teórico, qualitativo, exploratório, bibliográfico e de método indutivo. **Resultados:** verificou-se a existência de dois posicionamentos, um que alega a inconstitucionalidade da tarifação dos danos morais, por ferir o princípio da dignidade da pessoa humana e os direitos da personalidade e outro que aduz a necessidade de leis mais objetivas e cessação do enriquecimento sem causa. **Conclusão:** conclui-se que a reforma trabalhista pecou ao taxar os critérios de fixação do *quantum* indenizatório, pois, além de infringir o princípio da dignidade humana, a regra prevista pelo art. 944 do Código Civil de 2002, que prevê que a indenização mede-se pela extensão do dano, transgrediu, ainda, o art. 7º, IV da Constituição Federal de 1988 que veda expressamente a vinculação do salário mínimo para qualquer fim. Isso faz com que o Título II-A da CLT possua status de norma inconstitucional.

Palavras-chave: Dano moral. Mensuração. Lei 13.467/17. Sistema tarifário.



A POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO: AVANÇOS E DESAFIOS

Dhianne Carlos Mota¹, Luana Freitas Santos¹, Maria Fernanda Soares Fonseca².

1-Acadêmica de Psicologia da Faculdade de Saúde Ibituruna – FASI.

2-Mestre em Desenvolvimento Social. Professora de Ensino Superior das Faculdades Integradas do Norte de Minas – FUNORTE.

Objetivo: a presente pesquisa analisa a atuação da equipe técnica interdisciplinar no acompanhamento das medidas socioeducativas relativa aos eixos previstos pelo SINASE, realizado no Centro de Referência Especializado de Assistência Social da cidade de Montes Claros/MG. As medidas socioeducativas previstas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente são aplicadas pelo poder Judiciário para os adolescentes que cometem ato infracional e se constituem como um processo de mediação para uma possível ressocialização. Dentre as medidas previstas, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social, que se trata de equipamento público da Política Municipal de Assistência Social, oferece o serviço de acompanhamento das medidas socioeducativas cumpridas em Meio Aberto, quais sejam, Liberdade Assistida e Prestação de serviço à Comunidade. **Materiais e Métodos:** a pesquisa de campo foi submetida ao Comitê de Ética e devidamente autorizada pelo parecer nº 2.542.126, sendo que a coleta de dados foi realizada através de entrevista individual semiestruturada com as equipes técnicas dos Centros de Referência Especializado de Assistência Social do município. Os dados foram analisados utilizando-se da interpretação da análise de conteúdo. **Resultados:** identifica-se que a Política Municipal e as Medidas Socioeducativas em meio aberto, estão em progresso, uma vez que se tem uma preocupação com a ressocialização desse público, como um avanço nessa política. Contudo, percebe-se a existência de alguns desafios, no que tange a um conhecimento moderado por parte dos técnicos. **Conclusão:** a política municipal de Assistência Social demanda expansão e aperfeiçoamento no que tange especificamente ao acompanhamento de adolescentes no cumprimento das medidas socioeducativas em meio aberto, pois, em que pese o efetivo desenvolvimento do trabalho na cidade de Montes Claros/MG, identificam-se questões macro, que se referem ao próprio desenvolvimento da política pública em si, que demanda reflexões multidimensionais cujo foco não deve ser a infração nem a ressocialização, mas outras possibilidades de desenvolvimento e educação.

Palavras-chave: Medidas socioeducativas. Ressocialização. Assistência Social.



ANÁLISE DA BANANICULTURA NO AGRONEGÓCIO DE JANAÚBA E NOVA PORTEIRINHA, NORTE DE MINAS GERAIS

Arley Figueiredo Portugal¹; Jhonata Rodrigues da Cunha¹; Marcos Rone Ramos dos Santos²

1-Professor de Tecnologia em Agronegócio das Faculdades Integradas do Norte de Minas – FUNORTE/Janaúba.

2-Estudante de Tecnologia em Agronegócio das Faculdades Integradas do Norte de Minas – FUNORTE/Janaúba.

Objetivo: o presente trabalho teve como objetivo analisar a influência da atividade agrícola da bananicultura dentro do contexto do agronegócio no município de Janaúba e Nova Porteirinha, norte do Estado de Minas Gerais. **Materiais e Métodos:** o trabalho teve uma abordagem qualiquantitativa descritiva. Foram utilizadas fontes de informações levantadas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Secretaria do Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais sobre a atividade da bananicultura, com foco no Estado de Minas Gerais, região Norte de Minas e município de Janaúba e Nova Porteirinha. **Resultados:** o Estado de Minas Gerais aparece com 3º maior produtor de banana em 2017, com 12 % da produção brasileira, atrás apenas de Bahia e São Paulo (14,9 e 14,6, respectivamente). A bananicultura vem crescendo no Estado de Minas Gerais, sendo que 2016/2017 houve um aumento de 2,4 % na área plantada, 4,8 % na produção e 2,4 % na produtividade, evidenciando o avanço da cultura no Estado de Minas Gerais. Dentro das regiões do Estado de Minas Gerais, o Norte de Minas se destaca, sendo a principal área de bananicultura (36%) e de produção (45,06 %), revelando a expressão dessa cultura para essa região. Também o Norte de Minas Gerais se configura entre as maiores produtividades (22,135 Kg ha⁻¹), indicando alto nível tecnológico na bananicultura dessa região. Em 2015, os municípios de Janaúba e Nova Porteirinha apresentaram uma área de 2550 e 2250 ha de cultivo de banana, respectivamente, ficando atrás somente do município de Jaíba, evidenciando a importância dessa cultura no agronegócio de Janaúba e Nova Porteirinha. **Conclusão:** a bananicultura é expressiva no Estado de Minas Gerais, tendo como principal região produtora o Norte de Minas Gerais, onde os municípios de Janaúba e Nova Porteirinha aparecem como principais produtores, destacando a bananicultura no cenário do agronegócio desses municípios.

Palavras-chave: Fruticultura. Agronegócio. Bananicultura.



ANÁLISE DO PERFIL DOS USUÁRIOS DA REDE SOCIAL DE RELACIONAMENTO *TINDER*

Michele Tyrone Gonçalves Pena¹; Wagner Ribeiro da Silva¹; Leonardo Augusto Couto Finelli².

1-Graduada em curso de Psicologia das Faculdades Integradas do Norte de Minas – FUNORTE.

2-Professor Adjunto do curso de Psicologia das Faculdades Integradas do Norte de Minas – FUNORTE.

Objetivo: analisou-se o perfil dos usuários da Rede Social de Relacionamento *Tinder*, com foco nas características de seus usuários, motivações para seu uso, reconhecimento de vantagens e riscos de sua utilização. Além disso, foi feita uma análise comparativa entre os perfis de uso de homens e mulheres. **Materiais e Métodos:** realizou-se um levantamento de campo, de caráter descritivo, quantitativo, com corte temporal transversal. A pesquisa foi aplicada em formato de *survey online* a partir de perfil criado no *Tinder* que apresentava o convite à pesquisa. Participaram como respondentes 66 usuários do aplicativo. O instrumento de coleta contemplou um questionário sociodemográfico, conjuntamente com o questionário de pesquisa. **Resultados:** dos respondentes 46,97% são do sexo masculino, de maioria católica (63,64%), solteiros (57,57%) e sem filhos (66,67%). Verificou-se que 86,36% acessam constantemente as redes sociais, bem como, 83,33% relataram que as informações postadas são fidedignas, e 84,85% já vivenciaram um ou mais encontro(s) por essa via. Esses utilizam o *Tinder* para conhecer gente nova (77,27%), curiosidade (72,72%), timidez (65,15%), carência e solidão (69,70%), tempo ocioso/nada para fazer (50,00%) e safadeza (36,36%), considerando que tal item não era autoexcludente. Com relação aos benefícios da utilização das Redes, a maioria indicou a troca de informações fácil e rápida (80,30%); o acompanhamento de atualizações e novidades (78,79%); a construção de novas amizades (71,21%), de relações empresariais/profissionais (56,06%); a possibilidade de conhecer parceiros(as) sexuais (48,48%); e a realização de trabalhos escolares/faculdade (50,00%). Como desvantagens elencaram a distorção de fotos (57,57%), a invasão de privacidade (56,06%), e a pedofilia (53,03%). Quanto à análise dos padrões de respostas de homens e mulheres não foram verificadas diferenças estatisticamente significativas. **Conclusão:** conclui-se que as RSRs já estão incluídas no repertório comportamental atual e que essa influencia as relações sociais dos envolvidos.

Palavras-chave: *Tinder*. Redes Sociais de Relacionamento. Comportamento Sexual. Usuário.



APLICAÇÃO DO CICLO PDCA NA GESTÃO DA QUALIDADE NA INDÚSTRIA DE ALIMENTOS

Tamara Francine Alves Abreu¹; Andressa Lavínia de Souza Fonseca¹; Giselle Marinho dos Santos¹; Suely Rodrigues Pereira²; Ronilson Ferreira Freitas².

1-Estudantes do curso de Engenharia de Alimentos das Faculdades Integradas do Norte de Minas – FUNORTE.

2-Professores do curso de Engenharia de Alimentos das Faculdades Integradas do Norte de Minas – FUNORTE.

Objetivo: discutir a aplicação do ciclo PDCA como ferramenta da Gestão da Qualidade na Indústria de Alimentos. **Materiais e Métodos:** foi realizada uma pesquisa bibliográfica, qualitativa com objetivos exploratórios. Os Materiais e Métodos utilizados foram a busca e leitura exploratória, seletiva e interpretativa de artigos originais e de revisão, publicados em periódicos que discutiam a aplicação do ciclo PDCA no Sistema de Gestão da Qualidade em Indústria, sobretudo no setor de alimentos. Para este estudo, foram considerados apenas artigos em português, publicados no período de 2010 a 2017. Foram acessadas as bases de dados Scielo e Google Acadêmico. Foram selecionados artigos que discutiam a aplicação do ciclo PDCA na indústria de alimentos. Iniciou-se a busca utilizando os descritores: ciclo PDCA, indústria de alimentos, Gestão da Qualidade. Após a busca dos artigos, foi realizada uma leitura prévia do título, seguido da leitura dos resumos e aqueles artigos que discutiam a temática e do interesse dos pesquisadores foram selecionados para a leitura integral. **Resultados:** através da coleta de dados e pesquisas bibliográficas, foi possível entender e analisar a importância da aplicação do conceito de qualidade e das ferramentas da qualidade para a solução de problemas nas organizações. A utilização de Materiais e Métodos do Ciclo PDCA mostra-se eficiente em certos projetos para diminuir o número de reclamações em linhas de produção de determinados produtos, podendo assim atingir metas colocadas pelas empresas. **Conclusão:** através deste estudo, foi possível observar a importância do ciclo de PDCA em uma indústria de alimentos, pois tem a capacidade de solucionar e aplicar métodos que venham a intervir em falhas e problemas que podem aparecer durante o processamento e produção.

Palavras-chave: Gestão da qualidade. Indústria de Alimentos. Ferramentas.



APRENDENDO E ENSINANDO COM A EDUCAÇÃO BÁSICA

Maria Lina de Santana Freitas¹; Cíntia Lorrany Pereira Ferreira²; Delivânea Valéria Oliveira²; Laluene Rocha de Oliveira²; Letícia Maiara Santos Silva²; Nayara Aparecida de Oliveira²; Ramone Katielly Soares Xavier².

1-Professora do curso de Pedagogia das Faculdades Integradas do Norte de Minas – FUNORTE/Janaúba.

2-Estudantes do curso de Pedagogia das Faculdades Integradas do Norte de Minas – FUNORTE/Janaúba.

Objetivo: contribuir para que acadêmicas do 4º período do curso de Pedagogia da Faculdade FUNORTE de Janaúba coloquem em prática a teoria estudada em sala de aula e, com isso, auxiliem alunos da Educação Básica a sanar dificuldades de leitura e escrita, contribuindo com o processo de alfabetização e letramento. **Materiais e Métodos:** trata-se de um projeto de extensão desenvolvido em uma escola da rede estadual de ensino e constou, inicialmente, de visita para o conhecimento das possíveis dificuldades de aprendizagem em leitura e escrita. Em seguida, foi ofertado o serviço de intervenção pedagógica a alunos do Ensino Fundamental I e II, a fim de minimizar tal deficiência. As atividades de intervenção aconteceram no contra turno de acordo com a demanda da escola. As acadêmicas desenvolveram atividades previamente planejadas de acordo com a necessidade dos alunos assistidos, em consonância com as professoras regentes e com a coordenação pedagógica da escola, e supervisionadas pela docente da turma acadêmica. Para o desenvolvimento das atividades, foram utilizados recursos didáticos, tais como: papel sulfite, caderno brochura, revistas, jornais, lápis preto, lápis de cor, apontador, borracha branca escolar, quadro negro, giz, computador com acesso à Internet, Data Show. **Resultados:** apesar das dificuldades encontradas no desenvolvimento do projeto, como sala de aula inapropriada, a escola beneficiou-se com seu desenvolvimento, cujos alunos, vinte e três no total, foram contemplados com o trabalho de intervenção pedagógica, demonstrando melhora no desempenho em leitura e escrita nas avaliações internas. Paralelamente, as acadêmicas adquiriam experiência em sala de aula, tornando-se autônomas na construção do conhecimento ao entrelaçar a teoria com a prática. **Conclusão:** os resultados do trabalho evidenciam a importância da aproximação entre as instituições de ensino superior com as escolas da rede da educação básica, a fim de minimizar problemas enfrentados pelos alunos, como a dificuldade em leitura e escrita.

Palavras-chave: Dificuldades de aprendizagem. Intervenção. Socialização.



AS PRÁXIS NO ESPAÇO EDUCACIONAL: PERCEPÇÕES DA PSICOLOGIA

Juvercínio José Ribeiro Júnior¹; Rosana Araújo da Silva Nunes¹; Leila Lucia Gusmão².

1-Estuanes do curso de Psicologia da Faculdade de Saúde Ibituruna-FASI.

2-Professora orientadora do Curso de Psicologia da Faculdade de Saúde Ibituruna-FASI.

Objetivo: analisar as percepções dos psicólogos acerca de sua prática no âmbito educacional, a partir de uma rnaevisão literária, bem como identificar o trabalho do profissional psicólogo nas escolas secundárias de ensino e relacionar os desafios e as possibilidades da sua práxis. **Materiais e Métodos:** utilizou-se pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico, retrospectiva, com recorte temporal de 10 anos. Buscaram-se artigos científicos publicados no período de 2007 – 2017, livros, revistas que versam sobre a temática, disponíveis nas bases de dados: SCIELLO, BVS, Revista de Psicologia, DEDALUS (USP). Todo material foi coletado em periódicos nacionais, fidedignos em PDF que abordavam a temática. Ao final, fez-se uma leitura criteriosa e crítica para a análise conclusiva. **Resultados:** a importância do psicólogo na escola tem um caráter significativo na mediação das relações conflituosas existentes nesse universo. **Conclusão:** É fundamental a inserção desse profissional no ambiente escolar, uma vez que pode ser agente transformador no sentido de amenizar as relações conflituosas existentes e também contribuir com qualidade na educação. Possibilita, também, que os conflitos existentes sejam amenizados e outras saídas utilizadas na comunicação. A inclusão do psicólogo nos espaços escolares se faz relevante, pois ele contribui na ampliação discursiva dos fenômenos, suas complexidades nos espaços sociais e políticos.

Palavras-chave: Educação-Psicologia. Trabalho-Escola.



ATIVISMO JUDICIAL: LEGITIMIDADE DEMOCRÁTICA E A NECESSIDADE DE SE PENSAR EM LIMITES

Hélio Fernandes Ferreira Filho¹; Antônio Luiz Nunes Salgado².

1-Estudante do curso de Direito das Faculdades Integradas do Norte de Minas – FUNORTE.

2-Professor do curso de Direito das Faculdades Integradas do Norte de Minas – FUNORTE.

Objetivo: o Estado Brasileiro contemporâneo foi estruturado na Constituição Federal de 1988 sob a perspectiva do princípio da separação dos Poderes. Contudo, nos últimos anos, o Brasil vem presenciando vasto crescimento do Poder Judiciário em razão da expansão da jurisdição constitucional. Assim, o objetivo deste trabalho é abordar a legitimidade democrática, bem como ponderar a necessidade de se estabelecer limites ao papel ativista do Poder Judiciário. **Materiais e Métodos:** Utilizou-se nesta pesquisa o método científico dialético, tomando a revisão de literatura como procedimento técnico para realizar uma abordagem qualitativa dos dados analisados. **Resultados:** diante do significativo aumento da atividade do Poder Judiciário no Brasil, seus órgãos passaram a ser mais demandados para resolver conflitos que envolvem questões centrais para a sociedade. Esse fenômeno resultou no denominado Ativismo Judicial. Em uma concepção neutra, pode-se compreender Ativismo Judicial como sendo um comportamento que tende a expandir os poderes judiciais em detrimento de outras autoridades estatais. Nessa perspectiva, pode-se relacionar as condutas ativistas que mais lesam o equilíbrio da ordem constitucional, quais sejam: as que atuam como legislador positivo; ofendem o princípio da separação dos Poderes; as que desconsideram os precedentes jurisprudenciais e as decisões viciadas por decisionismo político. Por outro lado, a atuação do Supremo Tribunal Federal através jurisdição constitucional é imprescindível para a proteção dos direitos fundamentais. Deve-se então encontrar um equilíbrio entre a noção de divisão de funções e a atuação proativa do judiciário. Para legitimar essa atuação, diz-se que a democracia contemporânea é formada de votos e argumentos, sendo o ativismo judicial mais uma garantia que um risco à democracia. **Conclusão:** assim, deve o Poder Judiciário limitar suas ações pela razoabilidade, primando para que sua interpretação convirja para a efetivação do maior valor axiológico constitucional, não criando situações de insegurança jurídica ou ferindo a separação dos poderes.

Palavras-chave: Ativismo Judicial. Limites. Supremo Tribunal Federal. Legitimidade Democrática.



AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE DRENAGEM DE PIRAPORA (MG)

Ana Caroline Cardoso Pilet Santos¹; Deyse Thayná Gonçalves Silva¹; Maria Eduarda Oliveira Santos¹; Thainá Christine Pereira Ramos¹; Patrick Cláudio Nascimento Valim².

1-Acadêmicas do curso de Engenharia Civil da Faculdade de Tecnologia Alto Médio São Francisco, FAC-FUNAM.

2-Professor do curso de Engenharia Civil da Faculdade de Tecnologia Alto Médio São Francisco, FAC-FUNAM.

Objetivo: avaliar o Plano Municipal de Drenagem de Pirapora (MG), procurando identificar seus pontos positivos e negativos. **Materiais e Métodos:** análise documental do Plano Municipal de Drenagem de Pirapora, comparando a Materiais e Métodos utilizados para sua elaboração com o conteúdo abordado durante a disciplina Hidrologia, do 4º período de Engenharia Civil, da FAC-FUNAM, e percepção dos acadêmicos quanto à sua aplicabilidade e sustentabilidade. **Resultados:** os materiais e métodos utilizados para a elaboração do Plano e que também foram abordados durante a disciplina Hidrologia foram: análise de dados da precipitação local, identificação do tempo de concentração, chuvas intensas, tempo de retorno, vazões máximas e coeficientes de escoamento. A importância de se ter um Plano Municipal de Drenagem torna-se mais clara à medida em que se acumulam os efeitos negativos das chuvas, como inundações e alagamentos, como os ocorrentes nos bairros Nova Pirapora, Cícero Passos e residencial São Francisco. Faz-se necessária uma atenção especial para os reservatórios de acumulação dos bairros Nossa Senhora Aparecida e Maltês, por serem classificados como áreas propícias a alagamentos e que hoje estão irregularmente ocupadas por construções e entulhos. **Conclusão:** não basta que um plano seja bem elaborado, como é o Plano Municipal de Drenagem de Pirapora, se a população e o poder público não o seguirem. Sugere-se o aumento do plantio de vegetação na cidade, limpeza de lotes vagos e conscientização da população; além da ampliação das áreas de controle especial, com remoção das famílias que ocupam essa área, realocando-as em bairros mais seguros, minimizando, assim, os efeitos negativos dos alagamentos em parte da área urbana de Pirapora.

Palavras-chave: Diagnóstico. Plano Municipal de Drenagem. Saneamento.

GAME OF THRONES: A EVOLUÇÃO DE SANSA STARK

Isabela Tayrine Pinto¹; Elpidio Rodrigues da Rocha Neto².

1-Estudante de Jornalismo das Faculdades Integradas do Norte de Minas – FUNORTE.

2-Professor do curso de Jornalismo das Faculdades Integradas do Norte de Minas – FUNORTE.

Objetivo: utilizar o jornalismo cultural, por meio de um suplemento, para mostrar a trajetória da personagem Sansa Stark na série de TV norte-americana, da primeira temporada, lançada em abril de 2011, até a sétima, exibida em 2017. **Materiais e Métodos:** foi utilizada uma abordagem qualitativa com a coleta dos dados fundamentada na pesquisa bibliográfica, discutindo as temáticas de jornalismo cultural, bem como informações sobre a série de TV. O jornalismo cultural se encaixa na proposta do artigo porque aborda a cultura, discutindo o comportamento, os hábitos sociais e a perspectiva político-econômica que está representada nos produtos da indústria cultural. A abordagem da pauta é o desenvolvimento da personagem evoluindo de arquétipos comumente utilizados para retratar mulheres nas séries de TV. **Resultados:** ao propor discussões sobre os produtos midiáticos, o jornalismo cultural fornece subsídios para a discussão do seriado numa perspectiva mais ampla e consistente. Já a discussão sobre a representação da mulher nos produtos culturais é um assunto abrangente e que tem se transformado nos últimos tempos. Nesse aspecto, a série de TV traz um número de identidades femininas variadas, sendo a obra mais próxima de representar a pluralidade existente na vida real. **Conclusão:** É perceptível o interesse de outras pesquisas sobre as mulheres de *Game of Thrones* demonstrando como a obra é rica em representatividade e que o assunto não se esgotará tão facilmente. Assim, este artigo não é e nem tem a pretensão de ser definitivo quanto aos produtos de entretenimento da indústria cultural.

Palavras-chave: Jornalismo Cultural. *Game of Thrones*. Sansa Stark.



JORNALISMO COMO FERRAMENTA DE INFORMAÇÃO SOBRE O AUTISMO

Denise Jorge de Souza¹; Elpidio Rodrigues da Rocha Neto².

1-Estudante de Jornalismo das Faculdades Integradas do Norte de Minas – FUNORTE

2-Professor do curso de Jornalismo das Faculdades Integradas do Norte de Minas – FUNORTE

Objetivo: utilizar o jornalismo interpretativo para produzir um documentário registrando personagens e “histórias de vida” de pessoas que convivem, acompanham ou possuam a síndrome do autismo. **Materiais e Métodos:** foi utilizada uma abordagem qualitativa com a coleta dos dados fundamentada na pesquisa bibliográfica, informações na internet e entrevista em profundidade com oito personagens – autistas, seus familiares e especialistas. Após a aprovação pelo Comitê de Ética, conforme o Parecer Consubstanciado número 2.484.437, os dados coletados foram a base para a produção de um documentário, gênero escolhido por conseguir expor, com maior propriedade e subjetividade, o assunto abordado. Os instrumentos utilizados no projeto foram gravador digital, câmera Canon Eos 70d Dslr e softwares de edição de imagem. **Resultados:** discutir o autismo é um tema abrangente e, a partir do documentário produzido, busca-se estimular a realização de outros trabalhos sobre os autistas e seus desafios diários, pois o Transtorno do Espectro Autista é uma síndrome intrigante que desafia a ciência e não existem tratamentos eficazes e seguros que possibilitem uma cura. Além disso, existe o preconceito que cria inverdades acerca do transtorno. **Conclusão:** as mídias têm um papel de divulgar informações para aprimorar a qualidade de vida de todos os cidadãos acometidos por transtornos e síndromes; afinal, o conhecimento é fundamental para lidar com as dificuldades geradas pelas condições médicas provocadas pelo autismo e similares. O documentário Autismo: um novo Eu, está disponível no Youtube, com o link <https://www.youtube.com/watch?v=SjuC_-2XrKg>.

Palavras-chave: Jornalismo Interpretativo. Documentário. Autismo.



O DESCARTE DE EMBRIÕES EXCEDENTES NA FERTILIZAÇÃO *IN VITRO*: UMA ANÁLISE DOS ASPECTOS ÉTICOS E JURÍDICOS

Paloma Guedes Rodrigues¹; Maria Luiza Saporì Toledo Roquette²; Thaís de Oliveira Faria Baldo³.

1-Estudante de Direito das Faculdades Integradas do Norte de Minas – FUNORTE.

2-Professora do curso de Direito das Faculdades Integradas do Norte de Minas – FUNORTE.

3-Professora orientadora do Centro de Pesquisa das Faculdades Integradas do Norte de Minas – FUNORTE.

Objetivo: analisar o procedimento da fertilização *in vitro*, com ênfase no descarte de embriões excedentes sob a égide do texto normativo brasileiro, relacionando-o com os aspectos éticos que rodeiam o tema. **Materiais e Métodos:** trata-se de estudo de revisão de literatura, em que se realiza uma comparação entre os posicionamentos e teorias existentes sobre a temática com base em artigos científicos e doutrinas jurídicas. **Resultados:** a fertilização *in vitro* é um procedimento médico em que se utilizam os gametas femininos e masculinos, para que, através desses materiais genéticos, seja formado fora do corpo humano um embrião que posteriormente será implantado no útero. Esse procedimento busca dar uma chance àqueles indivíduos que possuem impedimentos de gerar um filho biológico, mas que procuram, ao dar início a uma gestação, a oportunidade de construir a família desejada. Contudo, a principal demanda se faz com as questões éticas e normativas existentes em relação ao descarte dos embriões não utilizados no procedimento. Amparado pela lei 11.105/05, o descarte de embriões é permitido. Porém, a lei abrange as possibilidades somente inerentes às pesquisas científicas, para isso os embriões devem ser inviáveis ou estarem congelados há mais de três anos. Uma justificativa para esses requisitos é a não ameaça ao direito a vida, uma vez que um embrião inviável, mesmo que fosse introduzido no útero não se transformaria em um feto. **Conclusão:** o dilema do descarte de embriões ocorre pelo fato da existência de diferentes posicionamentos sobre o início da vida, o gera dúvidas sobre como se devem tratar esses embriões, ou seja, como um ser humano em potencial ou como material genético. Sendo assim, devem ser consideradas a ética e a norma jurídica existente, e deve-se construir um meio termo entre ambas, a fim de não ferir as regras que regem a sociedade.

Palavras-chave: Descarte. Embriões. Ética. Fertilização. Legislação.



SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE EM LATICÍNIO: UM ESTUDO DE CASO

Anielly Souza Martins¹; Pedro Henrique Silva Durães¹; Rafael Gonçalves Silva¹; Suely Rodrigues Pereira²; Ronilson Ferreira Freitas².

1-Estudantes do curso de Engenharia de Alimentos das Faculdades Integradas do Norte de Minas – FUNORTE.

2-Professores do curso de Engenharia de Alimentos das Faculdades Integradas do Norte de Minas – FUNORTE.

Objetivo: relatar a experiência vivenciada em estágio supervisionado em laticínio de médio porte, sobre a aplicação de sistema de gestão da qualidade. **Materiais e Métodos:** através de um levantamento bibliográfico em que se apresenta o sistema de gestão da qualidade na área de interesse e suas principais aplicações, junto ao estágio supervisionado, foi possível fazer uma análise do sistema de gestão da qualidade aplicado em um laticínio da região do Norte de Minas. **Resultados:** a aplicação do sistema de gestão de qualidade inicia-se desde o treinamento dos funcionários, higiene pessoal (lavagem de mãos, unhas, esmaltes, uniforme, barba, uso correto de equipamentos de proteção individual), e higiene do local onde sempre deve ser feita uma pré-lavagem, utilizando detergente e água clorada. As análises da matéria-prima começam no campo onde é feito o recolhimento do leite, o primeiro teste aplicado é o alizarol, para verificar acidez em campo. O segundo teste é o de tanque, que analisa o leite em conjunto para a determinação da utilização do leite, se será necessário desnatar, e é feito o teste de acidez e gordura. O terceiro teste é o de cada fornecedor para garantir a qualidade da matéria-prima, e determinar o preço do produto. No laticínio são feitos os testes físico-químicos e os microbiológicos são realizados em laboratórios terceirizados. Tendo finalmente uma última análise em que é checado o produto pronto, para garantir a qualidade, quando o produto é envasado, pesado, e feitas análises de fosfatase e peroxidase do produto. **Conclusão:** conclui-se, então, a partir do estágio supervisionado, que o sistema de gestão de qualidade é aplicável para a garantia de qualidade, aumenta a confiabilidade e reduz perdas. Com isso se consegue maior valorização da empresa.

Palavras-chave: Sistema de Gestão da qualidade. Laticínio. Estágio.

SURDOS E TELEJORNALISMO: A PRODUÇÃO DO TELEJORNAL VISUAL NEWS

Alejandro Rosemberg Nogueira dos Santos¹; Rodrigo Barbosa Santos¹; Elpidio Rodrigues da Rocha Neto².

1-Estudantes de Jornalismo das Faculdades Integradas do Norte de Minas – FUNORTE

2-Professor do curso de Jornalismo das Faculdades Integradas do Norte de Minas – FUNORTE

Objetivo: utilizar o telejornalismo para produzir um telejornal para surdos, em Montes Claros. **Materiais e Métodos:** o projeto se organiza em uma pesquisa exploratória com o levantamento de dados bibliográficos e a realização de entrevistas com oito personagens. O estudo foi realizado com a participação da Associação de Surdos de Montes Claros (ASMOC), no primeiro semestre de 2018. Após a aprovação pelo Comitê de Ética, as entrevistas coletadas foram usadas na construção de um telejornal. Os instrumentos utilizados no projeto foram câmeras Canon T4i e Canon T5i, microfone lapela e software de edição Adobe Premiere. **Resultados:** a divulgação das informações na TV vem se preocupando com a acessibilidade e a inclusão de minorias, o que representa o amadurecimento da linguagem televisiva e se mostra como um grande aliado para o público surdo, que busca nos telejornais uma fonte de informação diária sobre os acontecimentos da sociedade. Um espaço da comunidade surda em busca da igualdade e que alcançou avanços fez com que a Língua Brasileira de Sinais ganhe mais espaço nas emissoras de televisão. **Conclusão:** o projeto do telejornal Visual News representa uma iniciativa de grande relevância para a comunidade surda em Montes Claros e região, pois reforça o debate sobre as necessidades do público envolvido, oferecendo possibilidades e perspectivas sobre a comunicação por Libras, considerada como a segunda língua oficial do Brasil, nos meios de informação de massa. O telejornal Visual News está disponível no Youtube, com o link <<https://www.youtube.com/watch?v=yBfqk3qZVUE>>.

Palavras-chave: Telejornalismo. Telejornal. Surdos.



VISITA TÉCNICA À ESTAÇÃO METEOROLÓGICA DE PIRAPORA (MG) – RELATO E AVALIAÇÃO

Alyne Cristina de Oliveira Sousa¹; Bruna Jéssica Roque dos Santos¹; Cristina Dayse Silva Cabral¹; Lavínnia dos Santos Vargas¹; Rubia Oriene de Cássia Medeiros¹; Patrick Cláudio Nascimento Valim².

1-Acadêmicas do curso de Engenharia Civil da Faculdade de Tecnologia Alto Médio São Francisco, FAC-FUNAM.

2-Professor do curso de Engenharia Civil da Faculdade de Tecnologia Alto Médio São Francisco, FAC-FUNAM.

Objetivo: realizar um relato sobre uma visita técnica à Estação Meteorológica de Pirapora (MG) e avaliar sua importância como ferramenta complementar de aprendizagem. **Materiais e Métodos:** a visita técnica à Estação Meteorológica de Pirapora (MG) foi realizada pelos discentes do 4º período de Engenharia Civil, da Faculdade de Tecnologia Alto Médio São Francisco (FAC-FUNAM), em 01 de setembro de 2018, como parte da disciplina Hidrologia. Após a visita, foram elaborados um relatório e uma avaliação. **Resultados:** a visita à Estação Meteorológica de Pirapora (MG) durou cerca de uma hora, onde foram vistos aparelhos meteorológicos citados e explicados em sala de aula, como o pluviômetro (utilizado para medir o total precipitado em 24 horas), pluviógrafo (realiza medições da altura e duração das chuvas, com a relação entre estes parâmetros tem-se a intensidade), evaporímetro (é utilizado para medir a evaporação do ar), heliógrafo (aparelho utilizado para registrar as horas de insolação), actinógrafo (faz o registro da radiação solar total), barômetro (mede a pressão atmosférica) e anemômetro (utilizado para registrar a velocidade e direção dos ventos). Todos os dados coletados foram registrados pelo operador da estação em planilha específica e, posteriormente, repassados, via telefone, ao escritório do INMET (Instituto Nacional de Meteorologia) de Belo Horizonte (MG). **Conclusão:** a visita técnica foi avaliada como de suma importância, pois, nessa estação são coletados dados primários que podem afetar projetos e obras de engenharia civil. Além de agregar mais sabedoria e consolidar as informações (teoria) trabalhadas em sala de aula, contribuindo para a formação do profissional de engenharia, permitindo, também, o envolvimento dos acadêmicos com profissionais da área.

Palavras-chave: Engenharia Civil. Estação Meteorológica. Hidrologia.



O ANTAGONISMO DA CIÊNCIA PROCESSUAL NO ESTADO DEMOCRÁTICO COM A CIÊNCIA DOGMÁTICA DO ESTADO SOCIAL

Klyver Lincom Fernandes Dias¹; Daniel Felipe Costa Soares¹; Eubert Andrade Veloso².

1-Estudantes de Direito das Faculdades Integradas do Norte de Minas – FUNORTE.

3-Professor do curso de Direito das Faculdades Integradas do Norte de Minas – FUNORTE.

Objetivo: o presente resumo objetiva analisar a obra *Teoria Neoinstitucionalista do Processo: Uma trajetória conjectural*, de autoria do processualista Rosemiro Pereira Leal, na qual são apresentadas críticas ao modo de interpretação da técnica processual civil atual, visando propor uma nova visão do instituto, seguindo a linha de constitucionalização do direito. **Materiais e Métodos:** utilizou-se o método de pesquisa de revisão bibliográfica de cunho qualitativo. **Resultados:** a crítica conduz à reflexão sobre a forma com a qual se dá a aplicação do direito processual civil que, na visão do autor da obra pesquisada, contraria os primados do Estado Democrático de Direito consolidado pela Constituição da República de 1988. Reiteradamente, o autor explana sobre sua oposição à teoria do processo como relação jurídica entre pessoas de Büllow e a representação piramidal dessa ideia, tendo o juiz como ocupante do cume. Rosemiro Leal busca a aproximação dos valores processuais constitucionais nas relações processuais, assim como a consolidação de uma ampla participação das partes na construção da sentença, propondo uma relação horizontal entre autor, juiz e réu, proporcionando às partes o devido processo que abarca contraditório, ampla defesa e isonomia interpretativa. Para o autor, a qualificação da norma processual como um dogma dificulta o seu questionamento e aplicação nos moldes da vontade constitucional. **Conclusão:** por via da Teoria Neoinstitucionalista do Processo preconiza-se a aplicação dos direitos fundamentais nas relações processuais, colocando em paridade todos os sujeitos do processo, sendo o juiz operador jurídico nivelado com as partes. Assim, toda decisão judicial deverá ser construída com participação dos sujeitos do processo, dando aos envolvidos isonomia interpretativa, rompendo com o paradigma e monopólio interpretativo judicial.

Palavras-chave: Processo. Princípios. Ciência Processual. Teoria Neoinstitucionalista.

